



ACÓRDÃO Nº405/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11861/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Rossieli Soares da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Leda Mourão da Silva - OAB/AM 10.276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM 11.193 e Pedro Paulo Sousa Lira - OAB/AM 11.414.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2795/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Quitação. Ciência.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado e Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Rossieli Soares da Silva**, responsável pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC, no curso do exercício 2015;
- 9.2. **Determinar** à atual e futuras gestões da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC que:
 - a) Observe com cautela, nas próximas atividades financeiras, os critérios para apresentação de Declaração de Bens do Ordenador de Despesas, de modo que a impropriedade detectada no item "01", letra "b" não se repita;
 - b) As minutas de editais de licitação sejam previamente apreciadas por assessoria jurídica consoante exigência prevista no art. 38, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93;
 - c) Aperfeiçoe os mecanismos de realização de despesas ao observar as regras previstas na Lei n.º 8.666/1993;
 - d) Avalie todas as necessidades da obra com a cautela devida e o estudo necessário, a fim de evitar, nas situações que podem ser



ACÓRDÃO Nº405/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

previstas com antecedência, a realização de adequações no Projeto que possam gerar uma prorrogação contratual;

- 9.3. Determinar** à Controladoria Geral do Estado que providencie, ao menos nas Pastas de maior orçamento, o efetivo controle interno;
- 9.4. Dar quitação** ao **Sr. Rossieli Soares da Silva**, com fulcro no art. 24, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica deste TCE/AM) c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 9.5. Dar ciência** ao Responsável, **Sr. Rossieli Soares da Silva**, bem como a seus patronos, sobre o deslinde deste feito.

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Erico Xavier Desterro e Silva, que votou pelo retorno dos autos ao Órgão Técnico para instrução complementar, bem como pela notificação aos representantes das empresas firmatárias dos contratos inquinados das supostas impropriedades indicadas, para que apresentem informações/defesa.

10- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 21 de Maio de 2019.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Declaração de Impedimento: Auditor Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

13- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral